

EUA prometem apoiar

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, disse ontem, em Washington, que os Estados Unidos estarão dispostos a respaldar as negociações da dívida externa do Brasil caso o programa de ajustes na economia brasileira seja aprovado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). A declaração do ministro foi à saída do encontro que manteve ontem por quase uma hora com o secretário do Tesouro norte-americano, Lloyd Bentsen. Para o ministro, a resposta do secretário norte-americano foi positiva. "Somos simpáticos a essa atitude; sabemos como é importante para vocês obterem a aprovação do FMI", disse Bentsen.

Fernando Henrique Cardoso assegurou que o Brasil tem um programa de ajustes econômicos e que também está pedindo um empréstimo ao FMI. O secretário do Tesouro norte-americano salientou ao ministro que "nesse caso, não vejo dificuldades para obter a aprovação". Bentsen, en-

tretanto, reiterou a Cardoso que isso será possível todas as vezes em que o Brasil tiver um "bom programa e que este programa seja aprovado pelo FMI". O Brasil precisa da emissão de 218 bilhões de dólares dos Estados Unidos, que poderão avalizar a renegociação da dívida com os bancos credores privados.

Cardoso considerou a conversa com Bentsen "muito boa em termos gerais". O ministro não entrou em detalhes sobre seu plano econômico.

Simpatia - Bentsen disse que os Estados Unidos têm simpatia pela atitude atual do Governo brasileiro e estão conscientes da importância da aprovação pelo FMI destes ajustes que virão provavelmente em outubro, conforme foi antecipado pelo **CORREIO BRAZILIENSE** em sua edição de ontem. Segundo o **CORREIO** apurou o plano de combate direto à inflação pode começar já no próximo mês. Esta data para início do novo plano

econômico do governo estaria diretamente ligada à revisão constitucional e aos encontros que o ministro Cardoso mantém em Washington durante esta semana. Um dos pontos principais de combate à inflação do governo é a unificação cambial. Ela fortalece a permanência e a entrada de dólares no País. Estaria assim aberto o caminho para algum tipo de âncora cambial e até mesmo para a criação do Conselho da Moeda. O Banco Central faria rígido controle sobre a base monetária, o que implicaria em elevação de juros. Outro ponto em estudo é a elevação do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Garantir a credibilidade ao cruzeiro real é o meio básico de combate à inflação previsto no novo plano econômico. Isso, porém, só é possível atrelando a moeda brasileira a uma moeda forte, no caso o dólar norte-americano.

renegociação da dívida